



Heróis pela precariedade¹: A construção de uma identidade condicionada pela classe social

Cíntia Liesenberg²

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

O estudo aborda narrativas jornalísticas pautadas por ações que se afirmam em nome do interesse público e do exercício da cidadania, sem finalidade lucrativa e não-governamentais. Foca-se na construção simbólica em torno dos sujeitos responsáveis por tais iniciativas, quando oriundos de classes sociais marginalizadas e visa apontar os processos de construção simbólica que contribuem para a heroização desses agentes, bem como, as implicações dessa caracterização para o tipo de participação social enaltecido e para a qualidade do debate promovido pela imprensa. Para tanto, toma como base colunas específicas sobre a temática, dos jornais Folha de S.Paulo e Correio Popular (Campinas – SP), apoiando-se em textos de autores que abordam as estruturas narrativas, o percurso do herói e os sentidos que essa figuração confere ao texto e às práticas nele presumidas.

Palavras-chave

Semiose; Ciências da Linguagem; Figuração do herói; Participação social; Imprensa.

Apresentação

O artigo é um recorte da dissertação de mestrado (LIESENBERG, 2004), que analisou matérias pautadas por iniciativas que se justificam em nome do interesse público ou comum, sem finalidade lucrativa e de origem não governamental.

O trabalho apóia-se nas linhas das Ciências da Linguagem que têm como principais pressupostos uma visão de sujeito não soberano e constituído pela linguagem. Nesses termos, toma o homem como ser social que habita a ordem simbólica e é atravessado por discursos (KRISTEVA, 1994, p.17) e parte do preceito que a identidade se constitui a partir e no interior de um sistema de lugares que ultrapassa o indivíduo (MAINGUENEAU, 1989, p.32-33).

No enfoque que aqui se apresenta, salienta-se situação peculiar de figuração de heróis na narrativa jornalística, quando os sujeitos responsáveis por tais iniciativas são oriundos de classes sociais marginalizadas ou pauperizadas.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Semiótica da Comunicação.

² Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, com apoio da CAPES. Prêmio Intercom 2005, na categoria mestrado. Docente do Centro de Linguagem e Comunicação da PUC-Campinas, da faculdade de Relações Públicas. E-mail: cintialie@uol.com.br.



Tal enfoque se baseia na análise de duas colunas relacionadas à divulgação de iniciativas não governamentais de cunho social e sem fins lucrativos. São estas: a Coluna Social, inserida no caderno Folha Equilíbrio da Folha de S. Paulo, e o Projeto Cidadão 2001”, publicado pelo Correio Popular (Campinas – SP), conforme descrição a seguir:

a) Coluna Social³: Seção publicada às quintas-feiras, como parte da “Folha Equilíbrio, durante os anos de 2001 e 2002. Não é uma coluna social tradicional, embora a linguagem utilizada relacione-se a esse tipo de seção, principalmente quando a coluna convida uma celebridade para conhecer alguma das iniciativas. Para estudo da figuração do herói a partir da classe de origem, são estudadas matérias que relatam projetos desenvolvidos por pessoas cuja origem se assemelha à situação dos destinatários. Estas apresentam-se em forma de entrevista e, na maioria dos casos, o entrevistado é associado a um herói de história em quadrinhos, o que se explicita em *box* inserido na matéria em substituição à legenda da foto que acompanha o texto. Nessa cena, a ênfase recai principalmente sobre o cenário de precariedade vivido pelo responsável pelo projeto, abordando posteriormente a transposição desse momento e as formas de auxílio a outros que passam por situações semelhantes às aquelas vividas pelo mesmo.

b) Projeto Cidadão 2001⁴: Aqui, as reportagens destacam ações sociais voluntárias de pessoas e empresas, dentre as quais quatro são premiadas no mês de dezembro de cada ano.

O prêmio, que tem valor simbólico (é um troféu), foi desenvolvido, segundo o jornal, com o objetivo de “identificar, divulgar e reconhecer ações sociais voluntárias voltadas para o desenvolvimento e para a inclusão sociais”, visando “estimular pessoas e organizações a desenvolverem iniciativas permanentes voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento social sustentado”, conforme citação do diretor presidente do grupo, Sylvino de Godoy Neto, em matéria publicada pelo jornal, no dia 18/12/2001.

O projeto é realizado pela empresa jornalística, e leva a assinatura do grupo empresarial ao qual pertence o jornal Correio Popular (RAC – Rede Anhangüera de Comunicação), em parceria com a distribuidora de energia elétrica local (CPFL – Companhia Paulista

³ Foram analisadas as matérias publicadas pela coluna, de agosto de 2001, quando se iniciou o levantamento, até dezembro do mesmo ano. Como complemento, utilizou-se também a matéria “Coluna Presta Contas do Primeiro Ano” (21/02/2002), um balanço do trabalho realizado em que o posicionamento do jornal e direcionamento da enunciação se explicita, por reunir as matérias consideradas de destaque durante o ano.

⁴ Para este estudo foram analisadas as matérias relativas aos projetos vencedores do ano de 2001, entre outras matérias publicadas pelo jornal sobre o Prêmio, utilizadas como material de apoio.

de Força e Luz). Desde sua criação, o projeto se repete anualmente, renomeado com a marca das empresas patrocinadoras (Projeto Cidadão RAC-CPFL).

Nessa coluna, as matérias são mais extensas, porém o foco da narrativa passa pelos mesmos elementos: exploração de ambiente precário, maneiras de transposição e formas de auxílio a outros que passam por situações de privação ou dificuldades.

Figuração do herói: construção explícita e implícita

Nessas matérias a construção do herói se observa sob dois aspectos: a) de maneira explícita e caricata quando é inserido *box* na Coluna Social da Folha que associa o responsável pela iniciativa a um herói de trama ficcional; b) de maneira implícita em outras matérias, quando o sujeito responsável pelos projetos tem origem ou permanece em situação similar aos destinatários de suas ações. Esses aspectos são analisados a seguir, com base nos estudos de Vladimir Propp (1983):

a) Figuração explícita e caricata: a associação explícita ao herói confere uma idéia de leveza e um sentido de jocosidade ao texto, além do enaltecimento dos responsáveis pela iniciativa como indivíduos excepcionais, conforme se observa com a transcrição do conteúdo do *box* de uma das matérias em estudo (ANDRELLO, E.; DA GLÓRIA, A. 30/08/2001), a título de exemplo:

TABELA 1
Exemplo de Box – Título: heroína

Box – Coluna Social	Funções – Propp
Nome	Franciele Rodrigues, 28
Disfarce	líder comunitária
Missão	melhorar a qualidade de vida de portadores de deficiência do Itaim Paulista, zona leste de São Paulo
Poderes Especiais	sua ong
Armas	organização e conversa
Acessórios	cadeira de rodas
Inimigo	preconceito

Tais elementos podem ser relacionados ao estudo de Propp sobre os contos populares russos. O autor apresenta a definição das unidades mínimas que compõem a estrutura narrativa de tais contos e os atributos a elas conferidos. Entre as funções que elenca, algumas podem ser associadas aos principais itens desse *box*:

TABELA 2
Associação entre Elementos do Box Herói/ Herína e Funções Propp

Elementos Recorrentes nas matérias	Funções – Propp
Missão	Expedição e aceite do herói em agir para a reparação de uma falta ou malfeitoria
Inimigo	Agressor causador dessa falta ou malfeitoria
Disfarce	Período em que o herói se mantém incógnito para depois “transfigurar-se” e ser reconhecido como tal
Poderes especiais	Objetos mágicos recebidos pelo herói

Se, de início, a associação explícita ao herói ficcional pode ser vista como um elemento discursivo que confere maior descontração ao texto e enaltecimento do sujeito e de sua ação, complementando o conteúdo da matéria que se constrói em forma de entrevista, ao se considerar que a inserção de tal *box* contribui para a formação de sentidos à narrativa, questiona-se seu posicionamento como algo meramente alegórico. Pelo exposto, justifica-se maior atenção aos elementos que o compõem.

Na tabela a seguir, destacam-se os aspectos mais relevantes para identificação da figuração de herói apresentado e dos significados atribuídos à sua atuação em sociedade:

TABELA 3
Elementos de Caracterização do Herói na Coluna Social – Folha de S.Paulo⁵

Disfarce	– líder comunitária (30/08/2001); – professor de tênis (27/09/2001);
Missão	– melhorar a qualidade de vida de portadores de deficiência física do Itaim Paulista, zona leste de SP (30/08/2001) ; – dar aulas de tênis para adolescentes em situação de pobreza (27/09/2001); – ensinar samba e pagode para jovens carentes (11/10/2001);
Inimigo	– preconceito (30/08/2001); – falta de motivação (27/09/2001); – violência (11/10/2001);
Poderes especiais	– sua ONG (30/08/2001); – toca instrumentos de corda e percussão (11/10/2001);

⁵ Nem todos os textos apresentam os mesmos itens.



Armas	<ul style="list-style-type: none">– organização e conversa (30/08/2001);– malhação e disciplina (27/09/2001);– ritmo e letras (11/10/2001);
Acessórios	<ul style="list-style-type: none">– cadeira de rodas (30/08/2001);– raquete e bolinhas (27/09/2001);– pandeiro, cavaquinho, cuíca, tambor e outros (11/10/2001).

Ao se atentar para aquilo que é relacionado a cada item destacado, subentende-se, na idéia de **Disfarce**, que a atuação na comunidade não é a causa de heroificação, mas sim, é uma máscara para o que realmente são esses sujeitos em sua essência: heróis que enfrentaram condições hostis, e que agora vêm em auxílio de outros que se encontram em situação similar àquela vivida anteriormente.

No lugar dos **Inimigos** são citados elementos abstratos, de difícil apreensão e de localização genérica (preconceito, falta de motivação e violência). No entanto, se por um lado o opositor apresentado se torna algo de proporção muito abrangente que dificulta a visão de uma ação efetiva a ser combatida, por outro, aquilo que é relacionado à **Missão**, termo que em si dá a idéia de trajetória de vida e incumbência divina, restringe o significado da atuação desses sujeitos ao focá-la em um ambiente específico, com raio de ação pequeno ou descontextualizado (melhorar a qualidade de vida de portadores de deficiência física do Itaim Paulista, zona leste de SP; dar aulas de tênis para adolescentes em situação de pobreza; ensinar samba e pagode para jovens carentes).

A situação parece um exemplo para Zygmunt Baumann, quando afirma que se “a complexidade da situação é descartada, fica fácil apontar para aquilo que está mais à mão como sendo causa das incertezas e ansiedades modernas”⁶. Restringe-se assim a amplitude dos problemas a serem enfrentados

Ao se pensar nos **Poderes Especiais**, tem-se a idéia de dom, de algo recebido. Assim, a caracterização da ONG como um poder especial desloca o significado de um trabalho intenso de enfrentamento coletivo de problemas sociais – como o texto deixar entrever – para o patamar da dádiva, de algo cujo poder vem de um outro lugar que não o da ação e o da mobilização.

Os itens apresentados como **Armas e Acessórios**, pensados como aspectos que contribuem para a realização da Missão são elementos simples do cotidiano, por meio

⁶ Zygmunt Bauman em entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke para o Caderno Mais. Folha de S. Paulo (19/10/2003)

dos quais o agente pode aplicar seu dom em prol do auxílio a ser realizado. Levam a subentender a idéia de força de vontade e criatividade como atributos inerentes ao lugar do agente, o que contribui para seu engrandecimento como herói. Por outro lado, a simplicidade de tais elementos dá a entender que os problemas sociais podem ser enfrentados com facilidade, dependendo apenas de esforço pessoal.

Dessa forma, sob uma aparência de leveza, a inserção desse *box* remete a questões importantes ao se falar em atitudes de participação e transformação social e à figuração do herói, como restringir a complexidade dos problemas sociais como questões a serem resolvidas de maneira pontual por uma motivação ou empenho pessoal de agentes especiais que se destacam entre a população.

b) Figuração implícita: Propp contribui para a observação desse processo de heroificação, não apenas no momento de uma caracterização explícita, como no *box* incluído em algumas matérias da coluna da Folha de S. Paulo, mas também quando esta encontra-se diluída no corpo das matérias. O autor afirma que:

“Podemos chamar conto maravilhoso, do ponto de vista morfológico, a qualquer desenrolar de ação que parte de uma malfeitoria ou de uma falta (*a*), e que passa por funções intermediárias para ir acabar em casamento (*W*) ou em outras funções utilizadas como desfecho. A função-limite pode ser a recompensa (*F*), alcançar o objecto da demanda ou, de uma maneira geral, a reparação da malfeitoria (*K*), o socorro e a salvação durante a perseguição (*Rs*), etc. [...]” (PROPP, 1983 : 144).

Dessa forma, traça-se aqui um quadro comparativo que permite a visualização das associações entre a fala de Propp e aspectos observados nas matérias:

TABELA 4
Associação entre elementos da trajetória do herói em Propp e da trajetória dos responsáveis pelas iniciativas na narrativa jornalística

Trajecória do herói – Propp	Trajecória dos agentes mobilizadores
Desenvolvimento da ação parte de uma malfeitoria ou uma falta	– Situação de carência vivida pelos sujeitos na infância ou ambiente atual; – Destinatários das iniciativas, como aqueles que demandam o auxílio do herói para saírem ou lidarem com a situação de pobreza, carência, criminalidade e/ou problemas de ordem física ou mental;
Funções intermediárias	– Enfrentamento das dificuldades para manutenção dos projetos;



Objeto da demanda e reparação da malfeitoria	<ul style="list-style-type: none">– Oportunidades oferecidas pelos projetos aos destinatários dos projetos;– Oportunidades oferecidas aos responsáveis pelos projetos, quando em situação precária;– Resultados apresentados dos projetos.
Função-limite/recompensa	<ul style="list-style-type: none">– Mudança de posição social quando se pensa nos responsáveis pelas iniciativas como heróis-vítima – (de vítimas do destino, do lugar de marginalizados transformam-se em heróis, mudam de posição social e ainda auxiliam na inclusão de outros)– Valorização como modelo/exemplo para a sociedade;– Visibilidade midiática.

É importante mencionar que este tipo de narrativa, diferentemente do *box* ilustrativo restrito à coluna da Folha de S. Paulo, é recorrente em matérias sobre o tema da participação social, quando os sujeitos responsáveis por projetos de auxílio a outros são oriundos de classes marginalizadas da sociedade, como se verifica constantemente em matérias não apenas de jornal impresso, mas também em produções de tv e outros produtos midiáticos, como propagandas que enaltecem tais ações.

Dá que o esforço para demonstrar o processo de construção discursiva que heriofica a figura dos responsáveis pelas iniciativas em questão faz-se aqui com o intuito de colocar em discussão as implicações dessa construção para o modelo de ação social que é apresentado como ideal e assim também suas conseqüências para o debate promovido na mídia contemporânea sobre o tema.

Como se aprofunda a seguir, considerando-se o poder que a mídia assume na sociedade contemporânea na legitimação e circulação de discursos, o que se torna de extrema relevância quando se defende, como Eni Orlandi (1999 : 15-16) que o discurso está na base da produção da existência humana e “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”.

Percurso do herói e figurações do sistema social

Kothe (2000, p. 7-8) contribui para afirmar a relevância de tal reflexão ao dizer que o herói é estratégico para entendimento do contexto que se estrutura na narrativa.

Para ele, as obras literárias, e podemos dizer também as narrativas jornalísticas em questão, “são sistemas que reproduzem em miniatura o sistema social” e “o herói é a dominante que ilumina estrategicamente a identidade de tal sistema”. Assim, “rastrear o percurso e a tipologia do herói é procurar as pegadas do sistema social no sistema das obras” (ibid., p. 8).



Segundo o autor (ibid., p. 10), os textos conferem um determinado enfoque em relação à extração social dos personagens que envolve sempre uma postura política da obra. Essa situação evidencia-se nas matérias em estudo, com reforço na diferenciação de tratamento na enunciação dependendo da origem e ambiente em que vivem os responsáveis das iniciativas, quando oriundos de classes marginalizadas, o que aponta para o direcionamento do discurso promovido.

Quando a história desses sujeitos baseia-se na superação de um período de dificuldades, vivido em um cenário marcado pela precariedade, na primeira cena é reforçado o período de penúria, pobreza e dificuldades por que eles passam, com associação ainda a elementos como sujeira, inação, violência física e simbólica, desordem latente, desagregação familiar, entre outros aspectos. Quando esses agentes transpõem esse ambiente e passam, de alguma forma, a contribuir com a comunidade, sua ação adquire um caráter de excepcionalidade, como algo possível apenas para poucos: uma ação para heróis.

De forma geral, essa caracterização pode ser associada a um posicionamento daqueles que se situam no lugar do baixo e que se elevam e se mostram grandiosos apesar dos pesares (KOTHE, 2000, p. 13).

A inserção desses sujeitos em um ambiente tido como “baixo” é apresentada como casualidade de vida e, na enunciação, as relações que eles travam com este cenário enfocam uma mudança de posição ou uma caracterização que, de alguma forma, os diferencia. Nessa nova posição, de algum modo oposta ou ao menos diferenciada em relação a esse meio Outro, seu papel passa a ser o de auxiliar outros sujeitos nele inseridos, o que é ressaltado como positividade e virtude.

Mas esse auxílio é sempre apresentado como meio de inclusão dessa população por um ponto de vista dominante, isto é, uma inclusão em nome do dever moral de auxílio ao próximo, possibilitada por ações de base assistencialista (como doações e oferecimento de serviços de caráter público cuja demanda não é atendida satisfatoriamente pelo Estado); outras de base utilitarista (como capacitação para o mercado de trabalho e melhoria de rendimento escolar), além daquelas de fundo moral para assimilação de valores, em sua maioria conservadores, em nome de maior civilidade, disciplina e conhecimento de direitos e deveres inscritos em lei, ou necessidade de retribuição a auxílios recebidos.

Assim, nessas matérias, aqueles que se tornam responsáveis por projetos de fundo social, passam a ocupar o papel de mediação entre mundos – como o intermediários

entre o cenário dos incluídos e o dos excluídos, para conduzir estes à qualidade daqueles, por meio dos projetos que desenvolvem e que se apresentam como o caminho para essa transposição.

Porém, embora imbuídos de uma missão em nome do auxílio a populações marginalizadas, em nenhum momento o percurso do herói nessas matérias passa pelo questionamento do sistema social vigente, nem pelas causas de marginalização, desigualdade e pauperização desses segmentos sociais.

Tal dissociação entre ações sociais com base no dever moral de seus agentes e um processo mais profundo de transformação social se evidencia de maneira exemplar na fala do Diretor Presidente da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC) – Sylvino de Godoy Neto, em discurso de premiação do Projeto Cidadão 2001.

[...] eu terminaria dizendo que as 20 associações aqui presentes merecem, desde já, o prêmio de reconhecimento da sociedade campineira. Quatro delas se destacaram nesta noite, e isso é importante, mas **é ainda mais importante** poder constatar que, em nossa cidade, há **um número crescente de cidadãos dispostos a falar em solidariedade antes de falar em política ou em economia** (CORREIO POPULAR, 18/12/2001) (grifo nosso).

O cenário apresentado remete àquilo que Jean-Pierre Vernant (1998) aborda sobre o mito de Ártemis, como deusa iniciadora que marca um ritual de passagem que encaminha os mais novos à idade adulta, o selvagem ao civilizado, que atua em locais e situações limítrofes, mas que mantém os limites bem definidos, como aponta o autor: “Ártemis é a curótrofa por excelência”. Ela conduz os filhos dos homens até o limiar da adolescência, que eles deverão ultrapassar com sua concordância e ajuda para chegar à plena sociabilidade, segundo modelos preestabelecidos “para que a mulher e o homem adquiram identidade social em conformidade com os outros” (VERNANT, 1988, p. 21).

Segundo Vernant, Ártemis conduz os jovens, “dos confins ao centro, da diferença à similitude [...] instituindo – para todos que no início eram diferentes, opostos ou mesmo inimigos – uma vida comum num grupo unido de seres idênticos entre si” (ibid., p.31). Momento em que a alteridade do mito adquire o sentido de traduzir “a capacidade que a cultura implica de integrar o que lhe é estranho, de assimilar o outro sem com isto tornar-se selvagem. O outro como elemento constituinte do mesmo, como condição da própria identidade”. Situação que, com algumas exceções, pode ser transposta para maioria das matérias estudadas, o que faz pensá-las da forma como Kothe (2000, p. 70) aborda as narrativas triviais de direita:

Nas narrativas triviais de direita aparece a diferença entre o socialmente alto e o baixo, como nas obras clássicas, mas procurando criar, provocar e reforçar uma fascinação não-crítica do baixo pelo alto. Para tanto, a classe alta não precisa

aparecer nem atuar diretamente: basta que os valores e os interesses que ela representa sejam os preponderantes. São narrativas triviais por causa das características [...] quanto ao automatismo de sua estrutura profunda: são incapazes de apreender ou mostrar a natureza contraditória e complexa da realidade.

Para o autor, a função básica do herói nesse tipo de narrativa é sempre a mesma:

Ele é o defensor da lei. A lei é, para ele, aplicação da justiça. E a lei que ele defende – geralmente a favor do governo, mas podendo inclusive fazer com que ele em algum momento se volte contra um representante governamental – é, por baixo de todos os mil escamoteamentos, a lei da propriedade privada, a lei da estrutura vigente nesta sociedade. A própria lei não é vista como gerada em função de certos interesses e não de outros etc. (KOTHE, 2000, p.70).

Assim, essa construção em torno do herói implica questões de extrema importância para se pensar a qualidade do debate promovido nessas colunas. Entre elas a falta de consciência do poder político das ações executadas, além da idéia de depósito da responsabilidade do agir em sociedade em alguns “salvadores”, em detrimento de uma ação coletiva ou deliberada coletivamente.

De forma geral, a consciência do potencial político das ações executadas se mostra ausente das falas dos responsáveis pelos projetos, não mencionada ou sublimada por uma idéia de atitudes por missão de vida, gratidão a Deus ou por auxílio recebido e por sua identificação com os destinatários.

Esse posicionamento leva à comparação com o homem-momento⁷ mencionado por Hook naquilo que diz respeito à falta de consciência do potencial político e transformador de suas ações. Ele diz que “o simples homem-momento, cujo dedo tampa um orifício ou dá o tiro que deflagra uma guerra, raramente é consciente da natureza da alternativa com que se defronta e da seqüência de acontecimentos que sua ação inicia” (HOOK, 1962, p. 133).

Porém, no caso citado por Hook, o ato executado torna-se causa de acontecimentos de grande intensidade ou interferência na vida de uma sociedade. Já, no caso dos sujeitos das matérias em estudo, essa falta de consciência apresentada contribui para a fragmentação e isolamento dos projetos desenvolvidos. Além disso, na ratificação de um discurso pautado por valores dominantes, acaba por reforçar o sistema gerador dos problemas a serem amenizados.

⁷ **O homem-momento:** é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subsequentes numa direção completamente diferente daquela que teria sido seguida se essas ações não tivessem sido perpetradas. “O simples homem-momento desempenha um papel na História semelhante ao do pequeno holandês que tapou com o dedo o buraco dos diques e salvou a cidade” Esse acontecimento teve enorme significação para a vida da comunidade, “mas as qualidades requeridas para enfrentar a situação eram de uma distribuição francamente comum. Aqui, por assim dizer, tropeça-se na grandeza, exatamente como se poderia tropeçar num tesouro que resgatará uma cidade” (Hook, 1962 : 130-131).



Verifica-se nas matérias, que tais iniciativas são legitimadas pela sua eficácia, com base em resultados obtidos em relação àquelas finalidades anteriormente apresentadas (assistencialistas, utilitaristas e de fundo moral), validando a importância de ações paliativas e compensatórias em relação aos problemas gerados pelas políticas governamentais e sistema econômico. Políticas e sistema que, para o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (2000, p.28) levam ao agravamento das desigualdades e da exclusão, ao promover a desestatização e desregulamentação dos direitos sociais.

Segundo seus integrantes,

“há um deslocamento para a sociedade civil de atribuições que anteriormente eram do Estado, passando para a ‘responsabilidade privada’ questões que faziam parte do domínio dos direitos. A responsabilidade pública de garantir serviços sociais é transferida para a comunidade (para a família, ONGs e filantropia)” (id.).

Conforme o grupo, com base em Vera da Silva Telles, tem-se assim uma solidariedade que não se baseia mais em critérios de igualdade e de universalização dos direitos. A responsabilidade deixa de ser pública e passa a ser moral, como se fosse um dever em relação aos mais pobres (id.).

Desse modo, a desigualdade é reforçada, entre outros aspectos, ao atrelar-se à desigualdade social, a desigualdade política, quando se destitui da população a visão de que um melhor atendimento às demandas sociais dependem da melhoria da qualidade da vida política e que esta depende de sua participação nela (Hook, 1962, p. 197).

Pelo exposto, conclui-se que nos textos em questão a ação comprometida de seus protagonistas, embora pautada pelo auxílio comunitário, é descontextualizada de um processo histórico mais abrangente, restringindo-se a apontar a existência da pobreza ou de uma legião de necessitados como fato que deve ser amenizado por ação e benevolência desses indivíduos extraordinários e seus auxiliares.

Porém, como lembra Mayra Rodrigues Gomes (2000, p. 79), o jornalismo, como fato de língua é sempre uma tomada de posição que relata apenas parte da realidade na organização de um acontecimento ou dado a ver. Em seu processo de produção discursiva “deixa de lado não só acontecimentos, aos quais não se deu atenção (que portanto não existiram para a mídia), mas também os enfoques possíveis [...] Temos aí uma reserva donde sempre pode algo ser recuperado, algo disponível como notícia” (ibid., p. 83).

Pelo exposto, fecha-se este artigo ressaltando a importância da constituição de novas abordagens na cobertura de tais iniciativas da sociedade civil, as quais tornem acessíveis



outras partes do dizível, outros enfoques de atuação, outras identidades e figurações da participação dessas camadas marginalizadas da população e, assim, possam traduzir novos percursos menos conservadores para o agir em sociedade e posicionamento da mídia.

Referências bibliográficas

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo : Hacker/Edusp, 2000.

Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática – “Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa”. Em: **Idéias, IFCH-UNICAMP, n5/6**, 2000. (p.13 a 42).

HOOK, Sidney. **O herói na história**. Rio de Janeiro : Zahar, 1962.

KOTHE, Flávio R. **O herói**. São Paulo : Ática, 2000.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem** Portugal : Edições 70, 1994.

LIESENBERG, Cíntia. **A inserção da imprensa no discurso do terceiro setor**. Análise do Projeto Cidadão 2001 - Correio Popular e da Coluna Social - Folha de S.Paulo. Dissertação de mestrado. ECA/USP, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2000.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas : Pontes/Editora Universidade Estadual de Campinas, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas : Pontes, 1999.

PROPP, Vladimir. **Morfologia do conto**. Lisboa : Vega, 1983. (2ª edição)

VERNANT, Jean-Pierre. **A morte nos olhos: figurações do Outro na Grécia Antiga, Ártemis, Gorgó**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1988.

Matérias utilizadas na análise

Folha de S. Paulo

ANDRELLO, Elka; DA GLÓRIA, Adriana. Deficiente cria Ong com cara e coragem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30/08/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.14.

_____. Ex-catador de bola ensina tênis de graça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27/09/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.12.

_____. Ex-trafficante vira “ongueiro”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11/10/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.6.

_____. Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08/11/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.12.



Correio Popular

MÉRCIO, Jary. Projeto dá um golpe na exclusão social. **Correio Popular**, Campinas, 15/08/2001. Primeiro Caderno, p.12.

_____. Advogadas dão lições de cidadania. **Correio Popular**, Campinas, 29/08/2001. Primeiro Caderno, p.12.

_____. Aposentada alimenta sonho de crianças. **Correio Popular**, Campinas, 05/09/2001. Primeiro Caderno, p.12.

_____. Do caminho das pedras ao da liberdade. **Correio Popular**, Campinas, 24/10/2001. Primeiro Caderno, p.12.

Matérias de apoio

Folha de S. Paulo

ANDRELLO, Elka; DA GLÓRIA, Adriana. Coluna presta contas do primeiro ano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21/02/2002. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.14.

Correio Popular

Cidadão 2001 premia quatro projetos. **Correio Popular**, Campinas, 12/12/2001. Primeiro Caderno, p.12.

FREITAS, Renata. Correio Escola completa uma década. **Correio Popular**, Campinas, 03/03/2002. Caderno Cidades, p. 10.

GASQUES, Vilma. RAC e CPFL entregam prêmio a voluntários. **Correio Popular**, Campinas, 18/12/2001. Primeiro Caderno, p.12.

RAC e CPFL premiam voluntariado. **Correio Popular**, Campinas, 08/07/2001. Primeiro Caderno, p.5.

MÉRCIO, Jary. RAC e CPFL lançam ‘Projeto Cidadão 2002’. **Correio Popular**, Campinas, 24/04/2002. Primeiro Caderno, p.10.